

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao período de 11 de Junho (data
de constituição) a 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.;

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1, 3.4 (i) e 8 às demonstrações financeiras, em 20 de setembro de 2021 a Companhia assinou contrato de concessão para exploração econômica da infraestrutura de determinados aeroportos no Brasil com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Contratos de concessão possuem especificidades que requerem um conhecimento técnico e um alto nível de julgamento para sua interpretação e análise no contexto das normas contábeis - Interpretação Técnica ICPC 01 Contratos de concessão e a norma internacional IFRIC 12 “Service Concession Arrangements”. Por conta da especificidade, nível de julgamento e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) leitura e análise do contrato de concessão firmado com o poder concedente e avaliação dos eventuais impactos contábeis; (b) verificação dos critérios de reconhecimento contábil do contrato de concessão de acordo com as normas contábeis vigentes e aplicáveis; (c) exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios dos registros contábeis relativos às transações que envolvem à concessão no período; e (d) avaliação das divulgações sobre os impactos do contrato de concessão efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os saldos relacionados ao reconhecimento inicial do contrato de concessão e ativo intangível, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 31 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Balço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2021	PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021
ATIVOS CIRCULANTES			PASSIVOS CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.746	Fornecedores		13.972
Despesas antecipadas		3.265	Debêntures	7	484.858
Adiantamentos diversos		594	Partes relacionadas	8	30.565
Total dos ativos circulantes		94.605	Impostos a recolher		2.489
			Total dos passivos circulantes		531.884
ATIVOS NÃO CIRCULANTES			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Despesas antecipadas		357	Capital social	9	253.600
Impostos diferidos	14	3.469	Prejuízos acumulados		(16.594)
Imobilizado		201	Total do patrimônio líquido		237.006
Intangível	6	670.258			
Total dos ativos não circulantes		674.285			
TOTAL DOS ATIVOS		768.890	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		768.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do resultado

para o período de 11 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	11/06 a 31/12/2021
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Receita de construção	10	<u>22.003</u> 22.003
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custo operacional	11(b)	(2.032)
Custo de construção	11(a)	<u>(22.003)</u>
PREJUÍZO BRUTO		(2.032)
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	12	<u>(19.396)</u> (19.396)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(21.428)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	13	1.366
Despesas financeiras	13	(1)
		<u>1.365</u>
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(20.063)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Diferidos	14	<u>3.469</u> 3.469
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(16.594)</u>
Prejuízo por ação (em Reais - R\$)		<u>(0,077)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o período de 11 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>11/06 a 31/12/2021</u>
Prejuízo do período	<u>(16.594)</u>
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total do período	<u><u>(16.594)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de 11 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Integralizado	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA EM 11 DE JUNHO DE 2021		-	-	-
Integralização de capital social	9.1	253.600	-	253.600
Prejuízo do período		-	(16.594)	(16.594)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>253.600</u>	<u>(16.594)</u>	<u>237.006</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para o período de 11 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	11/06 a 31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do período		(16.594)
Ajustes para conciliar o prejuízo gerado pelas atividades operacionais		
Impostos de renda e contribuição social diferidos	14	(3.469)
Variação dos ativos e passivos		
Despesas antecipadas		(3.622)
Adiantamentos diversos		(594)
Fornecedores e contas a pagar		1.957
Impostos a recolher		2.489
		(19.833)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(19.833)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição do imobilizado		(201)
Adições ao intangível	6 (ii)	(648.385)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(648.586)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital social		253.600
Captação de financiamento	7	475.000
Partes relacionadas	8	30.565
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		759.165
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		90.746
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	5	-
No fim do período	5	90.746
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		90.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do valor adicionado para o período de 11 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	11/06 a 31/12/2021
Receita de construção	10	22.003
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos de construção		(22.003)
Materias, energia, serviços de terceiros e outros		(14.885)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(14.885)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(14.885)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	13	1.366
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(13.519)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração direta		5.862
Benefícios		226
FGTS		82
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais		(3.189)
Estaduais		8
Remuneração de capitais de terceiros:		
Alugueis		6
Outros		80
Remuneração de capitais próprios:		
Prejuízo do período		(16.594)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(13.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do valor adicionado para o período de 11 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (“CAAM”, “Bloco Norte” ou “Companhia”) foi constituída em 11 de junho de 2021 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Manaus – AM - Eduardo Gomes (“Aeroporto de Manaus”), de Porto Velho – RO – Governador Jorge Teixeira de Oliveira (“Aeroporto de Porto Velho”), de Rio Branco – AC – Plácido de Castro (“Aeroporto de Rio Branco”), de Boa Vista – RR – Atlas Brasil Cantanhede (“Aeroporto de Boa Vista”), de Cruzeiro do Sul – AC (“Aeroporto de Cruzeiro do Sul”), de Tabatinga – AM (“Aeroporto de Tabatinga”) e de Tefé - AM (“Aeroporto de Tefé”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos da Amazônia.

Contrato de concessão

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do “Bloco Norte”, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário dos Aeroportos da Amazônia, a Companhia pagou em 28 de setembro de 2021 uma contribuição inicial fixa de R\$429.818, decorrente da oferta realizada no respectivo leilão.

A Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável nos percentuais de acordo com a tabela abaixo sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da *Interpretação Técnica – Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)*).

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	0,79%
Sexto ano	1,58%
Sétimo ano	2,37%
Oitavo ano	3,16%
Até o final da concessão	3,95%

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

Início das operações

A Concessionária passará a ter o direito de exploração dos 7 Aeroportos do Bloco Norte entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022 (nota 18) e, por conta disso, não existem receitas tarifárias registradas no ano de 2021. Até o início das operações e a geração de receitas operacionais, a Companhia contará com o capital integralizado pelo acionista no montante de R\$253.600 e com o financiamento ponte no montante de R\$ 600.000 captado em setembro 2021, conforme descrito no parágrafo “financiamento” abaixo.

Plano de investimentos

De acordo com o Anexo 02 – Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) do contrato de concessão, existem investimentos necessários para a adequação da infraestrutura, para que possibilite a adequada prestação de serviços aos usuários.

Estudos iniciais já estão em andamento para que essas adequações e melhorias sejam realizadas.

Financiamento

A fim de efetuar o pagamento da outorga inicial à ANAC, além dos estudos e investimentos iniciais, a Companhia contratou um financiamento ponte sob forma de debêntures, no montante de R\$ 600.000 em setembro de 2021 (nota 7), e conta também com o suporte do acionista que até 31 de dezembro de 2021 havia subscrito a quantia de R\$ 760.000 de capital, com R\$ 253.600 já integralizado (nota 9).

Para o projeto de financiamento das obras de melhorias a serem executadas até o fim da fase 1-B (fase que contempla as atividades de ampliação e adequação do Aeroporto que ocorrerá ao fim de 2024, conforme Contrato de Concessão), a Companhia pretende contratar um financiamento de longo prazo.

Na sequência da assinatura do financiamento ponte de R\$ 600.000, a Companhia deu continuidade na fase de “structuring” para o financiamento de longo prazo. Uma dessas linhas de crédito já está em fase de negociação final, com um primeiro desembolso previsto para o terceiro trimestre de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia, “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo Outorga da Concessão a pagar, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

3.3. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.4. Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado ao valor justo na data inicial, sendo a amortização calculada pela curva de demanda ao longo do prazo da concessão.

3.5. Financiamento

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 7).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.6. Reconhecimento de receita

Receitas de serviços prestados

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

3.7. Prejuízo por ação básico

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação considerando o efeito de possíveis instrumentos diluidores, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.8. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar para fins de IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.9. Mudanças das práticas contábeis e divulgações

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas, conforme segue:

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>	<u>Impacto</u>
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR), vigentes a partir de 01 de janeiro de 2021.	A Companhia avaliou os impactos em suas Demonstrações Financeiras e concluiu que não há efeito.
IAS 16 / CPC 27 – Imobilizado, IAS 37 / CPC 25 – Contratos Onerosos, IFRS 17 / CPC 50 – Contratos de seguros, Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações aos respectivos pronunciamentos, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2022 e de 2023.	A Companhia avaliará os efeitos das normas em possíveis eventos futuros:

3.10. *Impairment* de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que justifiquem o registro de perdas de *impairment*.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método curva de demanda de passageiros, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 14).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	944
Aplicação financeira	<u>89.802</u>
	<u><u>90.746</u></u>

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB remunerados a taxas que variam entre 95% à 102,07% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

6. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

(i) Composição do intangível

	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2021 Custo
Intangível em infraestrutura		
Investimento para concessão	(*)	218.371
Software	20	67
Outorga inicial da concessão	(*)	429.818
Intangível em formação		22.002
		<u>670.258</u>

(*) A ser amortizado quando da finalização da obra.

(ii) Movimentação do intangível

	31/12/2021
Saldo no início do exercício	-
(+) Adição	660.400
(+) Encargos capitalizados líquidos	9.858
Saldo no final do exercício	<u>670.258</u>

(iii) Redução do valor recuperável dos ativos (Impairment)

Em atendimento ao CPC 01, para bens com vida útil definida é necessário realizar o teste de impairment uma vez que indícios forem identificados. Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados indícios de impairment.

7. DEBÊNTURES

Em 16 de setembro de 2021, ocorreu a 1ª emissão de 600.000 (seiscentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, perfazendo o valor de R\$600.000 sendo, (a) 475.000 (quatrocentas e setenta e cinco mil) debêntures correspondentes à primeira série e (b) 125.000 (cento de vinte e cinco mil) debêntures correspondentes à segunda série que está prevista para fevereiro de 2022.

Não existem covenants financeiros para o contrato de dívida citado acima.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Prazo de vencimento

As debêntures terão um prazo de 12 (doze) meses contados da data de emissão da primeira série portanto, vencerão em 15 de setembro de 2022.

- (ii) Movimentação

	2021
Saldo em 11 de junho	-
1a Série	475.000
Encargos capitalizados (Nota 10ii)	9.858
Saldo em 31 de dezembro	484.858

8. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	2021
	<u>Saldo contábil</u>
	Partes
	<u>Relacionadas</u>
VINCI Airports SAS (i)	22.627
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (ii)	7.938
Total	<u>30.565</u>

- (i) Refere-se a reembolso de despesas incorridas pelo acionista VINCI Airports SAS relativos ao leilão, gastos com apoio a implantação do projeto da concessão, consultoria técnica, contratação de seguros e reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a gastos com mão-de-obra, máquinas e equipamentos e reembolso de despesas incorridas pela Concessionária do Aeroporto de Salvador.

Remuneração da Administração

Em 2021, a remuneração da Administração da Companhia foi no total de R\$ 1.037.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Capital social

Em 11 de junho de 2021, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo ações emitidas pela VINCI Airports SAS ("VINCI"), totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista VINCI Airports SAS.

Em 1 de julho de 2021, foi subscrito o montante de R\$ 759.999 no capital da Companhia.

Em 21 de julho de 2021, foi integralizado o montante de R\$ 9.000 no capital da Companhia.

Em 16 de agosto de 2021, foi integralizado o montante de R\$ 244.600 no capital da Companhia.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

<u>Acionista</u>	<u>Participação</u>	<u>Ações nominais</u>	<u>2021</u>		
			<u>subscrito</u>	<u>a integralizar</u>	<u>Capital - R\$ integralizado</u>
Vinci Airports SAS	100,00%	760.000.000	760.000.000	506.400.000	253.600.000
	<u>100,00%</u>	<u>760.000.000</u>	<u>760.000.000</u>	<u>506.400.000</u>	<u>253.600.000</u>

10. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2021, o montante referente a receita de construção foi de R\$ 22.003.

11. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 22.003 como custo de construção.

(b) Custo operacional

	<u>31/12/2021</u>
Custos com pessoal	(900)
Operações aeroportuárias	(84)
Material, equipamentos e veículos	(5)
Gastos gerais	(230)
Conservação e manutenção	(13)
Seguros e Garantias	(800)
	<u>(2.032)</u>

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal	(2.402)
Honorários da diretoria	(106)
Consultoria e assessoria	(372)
Comunicação, marketing e publicidade	(63)
Gastos gerais e administrativos	(15.696)
Viagens	(757)
	<u>(19.396)</u>

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>
Receita financeira	
Rendimento de aplicação financeira	1.366
	<u>1.366</u>
Despesa financeira	
Outras despesas financeiras	(1)
	<u>(1)</u>
	<u>1.365</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrados impostos diferidos ativos líquidos no montante de R\$ 3.351, calculados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal, a alíquota de 34%. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

(ii) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(20.063)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	6.821
Adições temporárias líquidas	(3.352)
Efeito de IR e CSLL no resultado	<u>3.469</u>
IR e CSLL diferidos	3.469
Total da receita (despesa) com IR e CSLL	<u>3.469</u>

15. COBERTURA DE SEGURO

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>		<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil aeronáutica	dezembro/2022	USD	500.000
Riscos operacionais (property)	setembro/2022	R\$	1.836.676
Responsabilidade civil ambiental	março/2023	R\$	38.000
Performance bond	setembro/2024	R\$	108.773

Seguro riscos operacionais (property)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$ 1.836.676 para cobertura pessoal ou de terceiros o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 20 de setembro de 2022 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

Seguro de responsabilidade civil ambiental

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$38.000 com vigência até 19 de março de 2023 para indenizações por danos civis, relativa a reparações por danos materiais e/ou corporais causados à terceiros, ocorridos durante a vigência desde contrato e que decorram de riscos cobertos nele previstos.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica

Seguro tem por objetivo garantir indenização e/ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, conforme estabelecido nas condições gerais, especiais e particulares. Com vigência até 31 de dezembro de 2022 com um limite de indenizações em caso de sinistro de U\$ 500.000.

Seguro performance bond

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$ 108.773. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 13 de setembro de 2024.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 1 ano
Fornecedores e outras contas a pagar	13.972
Financiamento	662.407
Total	<u>676.379</u>

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Gestão do risco de capital

	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>
Financiamentos	7	484.858
Menos: Caixa e equivalente de caixa	5	(90.746)
Dívida líquida		<u>394.112</u>
Total do patrimônio líquido		<u>240.358</u>
Índice de alavancagem financeira (%)		<u>1,640</u>

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

17. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2021</u>
Capitalização líquida de juros no ativo intangível	21.873

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

As transferências operacionais dos Aeroportos da Amazônia, antes administrados pela INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, ocorreram de forma sequencial de acordo com o quadro abaixo:

<u>Aeroporto</u>	<u>UF</u>	<u>Data início</u>
Aeroporto de Manaus	AM	11 de janeiro de 2022
Aeroporto de Rio Branco	AC	25 de janeiro de 2022
Aeroporto de Cruzeiro do Sul	AC	29 de janeiro de 2022
Aeroporto de Boa Vista	RR	08 de fevereiro de 2022
Aeroporto de Porto Velho	RO	12 de fevereiro de 2022
Aeroporto de Tabatinga	AM	16 de fevereiro de 2022
Aeroporto de Tefé	AM	18 de fevereiro de 2022

A liberação da 2ª série relativas à primeira emissão de debêntures simples no montante de R\$ 125.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (nota 7), foi realizada no dia 15 de fevereiro de 2022 e tem vencimento para 15 de setembro de 2022.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 31 de março de 2022.
